

DIAGNÓSTICO SOCIAL COMUNITÁRIO: EXPERIÊNCIAS E ENCONTROS

Cristina Fioreze¹
Clenir Maria Moretto²
Henrique Fonseca³
Taís Rizzotto⁴
Camila Bottesini⁵
Analu Bernardi⁵

RESUMO: O texto relata a experiência do projeto de extensão “Educação e Cidadania”, da Universidade de Passo Fundo (UPF), universidade comunitária situada ao norte do estado do Rio Grande do Sul. O projeto resulta de uma parceria entre o curso de Serviço Social e a UPFTV-canal de televisão da UPF parceira do Canal Futura. A experiência relatada trata do processo de elaboração de um Diagnóstico Social Comunitário junto a oito vilas, loteamentos e bairros do município que congregam populações em situação de vulnerabilidade e risco social. O estudo foi motivado pela necessidade de mapear e dar visibilidade às problemáticas sociais vividas pelas comunidades, além da identificação das potencialidades existentes, partindo do ponto de vista dos próprios moradores. Para a elaboração foi utilizada metodologia participativa e priorizou-se a coleta de informações de caráter qualitativo a respeito de temáticas como saúde, educação, habitação, lazer, segurança, trabalho e meio ambiente. Os encontros realizados em cada uma das comunidades foram transformados em programas televisivos, veiculados na grade de programação da UPFTV. Os resultados do diagnóstico transformaram-se em livro e apontam para uma série de situações de violação de direitos vivenciadas pelos moradores, com destaque para o não acesso ao direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico Social Comunitário. Vulnerabilidade social. Metodologia participativa.

Communitarian social diagnosis: experiences and encounters

ABSTRACT: The paper reports the experience of the extension project “Education and Citizenship”, developed by the University Passo Fundo (UPF), a community university located in the northern state of Rio Grande do Sul. The project is the result of a partnership between the Social Work graduation course and UPFTV- the UPF television channel. The reported experience is about the process of compiling a Communitarian Social Diagnosis among eight villages, allotments and neighborhoods located in Passo Fundo, which bring together people in a situation of vulnerability and social risk. The study was motivated by the need to map and give visibility to social issues experienced by the communities, besides the identification of existing potential, starting from the point of view of the residents themselves. A participatory methodology was used to elaborate the diagnosis, prioritizing the collection of qualitative information on

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo, professora do curso de Serviço Social na mesma instituição (cristinaf@upf.br).

² Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora do curso de Serviço Social da Universidade de Passo Fundo (clenir@upf.br).

³ Graduado em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo, diretor da UPFTV (jhfonseca@upf.br).

⁴ Graduada em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo, jornalista da UPFTV (taisr@upf.br).

⁵ Acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade de Passo Fundo e estagiárias do projeto de extensão “Educação e Cidadania” (camilabottesini@upf.br), (analumirelle@upf.br).

issues such as health, education, housing, leisure, safety, labor, environment and sanitation. The encounters carried on each community were transformed into television programs transmitted in the schedule of UPFTV. Diagnostic results turned into a book and point to a number of situations of rights violations experienced by residents, especially the lack of access to the right to the city.

KEYWORDS: Communitarian Social Diagnosis. Social vulnerability. Participatory methodology.

INTRODUÇÃO

Apresentando o projeto “Educação e Cidadania”

Este texto consiste no relato de uma experiência no “Educação e Cidadania”, projeto de extensão comunitária da Universidade de Passo Fundo (UPF) que, desde o ano de 2004, vem se constituindo por meio de uma parceria entre o curso de graduação em Serviço Social e a UPFTV – canal de televisão da universidade, que trabalha em parceria com o Canal Futura.

A UPF, situada na região norte do estado do Rio Grande do Sul, é uma universidade comunitária sem fins lucrativos. Sendo uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, possui claro compromisso com o desenvolvimento equânime da região, considerando as diferenças e particularidades de cada município e também dos bairros, vilas e loteamentos da cidade de Passo Fundo-RS.

A UPFTV, como parte do complexo de radiodifusão da universidade, é um canal que dá visibilidade às realidades sociais, econômicas, políticas e culturais dos diferentes grupos sociais e instituições por meio do diálogo aberto com os sujeitos que os representam, estabelecendo, assim, vínculos com a comunidade local e regional.

A televisão universitária, em seu compromisso com a cidadania, busca, permanentemente, fazer deste espaço público um lugar de discussão de ideias, podendo tornar as realidades conhecidas não por um ponto de vista exclusivo, mas, sim, por ângulos diversificados. Entende-se que a participação dos diferentes grupos sociais na construção da informação reflete na construção e constituição das subjetividades, tanto do indivíduo e da comunidade quanto da sua sociedade. Nesta direção, refletindo sobre os meios de comunicação, Guareschi e Biz apontam que:

o mais importante é ensinar a pensar, a questionar, a interpretar e a reinterpretar a sociedade. Refletir sobre o que está acontecendo no processo social global. Esta é uma tarefa diária (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 88).

Dentre as especificidades da UPFTV, coloca-se a informação como dispositivo central. Assim, parte-se do entendimento de que a criação e o fortalecimento de espaços de resistência da população econômica e socialmente excluída dependem, também, da parceria dos meios de comunicação. Partindo da compreensão de que o acesso à informação de qualidade coloca-se como fator determinante na construção da cidadania, é identificada a

necessidade de proporcionar alternativas voltadas para a democratização de informações que, articuladas com as reais necessidades dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sejam trabalhadas de forma a estimular seu senso crítico e sua capacidade reflexiva, visando, com isso, contribuir na construção de novos patamares de cidadania.

O projeto “Educação e Cidadania” surge, então, na perspectiva de possibilitar o acesso à informação enquanto ferramenta no fortalecimento de grupos e organizações sociais. Assim, este projeto propôs, entre os anos de 2007 e 2008, a realização de um diagnóstico social comunitário das áreas em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Passo Fundo, partindo do princípio da territorialização, a partir do qual se reconhece que “o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração” (BRASIL, 2004, p. 10).

A leitura territorial trata do “conjunto de relações, condições e acessos inaugurados pelas análises de Milton Santos, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos ‘atores que dela se utilizam’” (BRASIL, 2004, 41). Portanto, o diagnóstico social proposto pelo projeto “Educação e Cidadania” objetivou, justamente, realizar uma leitura territorializada da realidade passofundense no que tange às situações de vulnerabilidade e de risco social, contribuindo como subsídio para a proposição de políticas sociais públicas.

Experimentando a realização de um Diagnóstico Social Comunitário

Entre os anos de 2007 e 2008 foram mapeadas, junto a instituições que prestam serviços sociais na cidade, oito comunidades, entre vilas, bairros e loteamento de Passo Fundo⁶. A partir do mapeamento inicial de tais comunidades⁷, cujos critérios de seleção foram a precariedade no acesso a serviços sociais públicos e a situação de vulnerabilidade e risco social de seus moradores, realizaram-se as definições em relação ao tipo de abordagem e, considerando a preocupação com o processo, optou-se pela realização de um trabalho de caráter qualitativo.

Sabe-se que estudos comumente desenvolvidos nessa área situam-se no âmbito quantitativo, no qual os números têm relevância na construção de indicadores sociais e no levantamento de problemáticas. Não desconsiderando a importância de estudos dessa natureza, é pertinente compreender os motivos que levaram à escolha de uma metodologia de trabalho essencialmente qualitativa para a identificação e problematização das realidades dos bairros, vilas e loteamentos de Passo Fundo.

Nesse sentido, salienta-se que a intenção da equipe foi, desde o início do desenvolvimento do projeto, construir parâmetros de leitura de realidade que contemplassem não os dados estatísticos, mas as percepções, as aproximações possíveis na compreensão das realidades, dos modos de vida e das problemáticas presentes. Para tanto, priorizou-se a identificação de “pontos críticos” de vulnerabilidade e risco social, bem como das referências de resistência e enfrentamento das

⁶ Conforme dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan), Passo Fundo, município de 184.826 habitantes, possui aproximadamente 70 bairros, loteamentos e vilas.

⁷ As oito comunidades trabalhadas foram: Vila Shisler, Vila Bom Jesus, Vila Donária, Vila Entre Rios, Vila José Alexandre Zachia, Loteamento Alvorada, Loteamento Jaboticabal, Loteamento Manoel Corralo.

problemáticas pelas comunidades.

Desse modo, optou-se pela realização de um estudo etnográfico que, na concepção do antropólogo Malinowski (1970), se propõe a compreender o “outro” por ele mesmo e não pelo que o pesquisador pensa a respeito. Sendo assim, tal perspectiva desencadeou processos que traduziram, com simplicidade, elementos que dizem respeito às trajetórias das comunidades, bem como aos modos como os sujeitos compreendem e vivenciam o acesso a políticas sociais, tais como a saúde, a educação, a segurança e o trabalho. Sob esse prisma foi possível conhecer, ainda que de forma breve, impressões sobre o bairro/loteamento/vila, a comunidade, as políticas sociais e as pessoas que ali vivem.

Para muitos moradores do município de Passo Fundo, os bairros, vilas e loteamentos estudados poderiam ser vistos apenas como espaços de exclusão social e segregação urbana. Portanto, buscou-se a construção de outro olhar, partindo da visão dos moradores que, no curso de suas vidas, atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão (TELLES, 2006, p. 3), além de suas estratégias de resistência. Sendo assim, uma das questões que pautou a elaboração do diagnóstico diz respeito à inquietação acerca de como fazer um trabalho que pudesse dar visibilidade àquelas realidades e que, ao mesmo tempo, não as cristalizasse e nem levasse a possíveis classificações e tipologias estigmatizantes.

Uma das questões centrais do âmbito metodológico do diagnóstico refere-se à perspectiva da equipe em enfatizar a dimensão pedagógica dos percursos de construção do diagnóstico, não se atendo somente aos resultados. Tais preocupações possibilitaram identificar o processo em que se deu a metodologia, tanto com a pesquisa-ação quanto com a pesquisa-intervenção, considerando que se tratava de colocar em prática novas estratégias de investigação participativa. A respeito dessa questão, Paulon afirma:

O problema relativo à participação ativa das pessoas implicadas com uma pesquisa e da interferência dos dispositivos de investigação nos processos observados só pode ser concebido como um problema de pesquisa com a superação das pretensões de neutralidade e objetividade tão promulgadas pelo paradigma positivista nas ciências [...] Ao afirmar a inviabilidade do pesquisador colocar-se “fora” do campo de investigação, mostrando as zonas de interferência entre ambos, estas abordagens dos fenômenos sociais produziram rupturas significativas no que se instituíra como lógica científica até então (2005, p. 16-17).

Entendeu-se que, em face das especificidades do projeto e da compreensão sobre a importância da participação dos sujeitos na construção de saberes sobre si, não seria adequado “aplicar” nenhum tipo de técnica e/ou instrumento de coleta de dados a partir de manuais e afins. Percebeu-se, desse modo, a importância em considerar elementos metodológicos vinculados às propostas que a literatura oferece e, ao mesmo tempo, recriar outros possíveis, o que indicou a construção de etapas, iniciando-se pela sensibilização dos líderes comunitários

representantes dos oito bairros, vilas e loteamentos sobre a finalidade do diagnóstico participativo. Para isso, foram realizadas quatro reuniões com lideranças nas dependências da UPFTV, bem como dois seminários de formação com a equipe do projeto, cujo objetivo era viabilizar a compreensão da proposta por todos os sujeitos envolvidos no processo.

A partir daí, passou-se para o primeiro momento da coleta de dados, na qual, por meio de entrevistas com duração média de cinquenta minutos, buscou-se trabalhar impressões e aproximações dos profissionais, líderes e moradores mais antigos sobre as seguintes temáticas: história do bairro, saúde, educação, habitação, cultura, lazer, segurança pública, trabalho, desenvolvimento econômico, meio ambiente e saneamento básico. Os temas foram trabalhados em sequência e partindo-se da percepção dos entrevistados a respeito das condições de acesso aos direitos correlacionados a cada tema. Para tanto, foi elaborado um instrumento aberto de coleta de dados, com questões orientadoras para registro das falas e percepções.

Partindo dos elementos coletados, realizou-se um novo processo de planejamento, contemplando a coleta com os coletivos de cada comunidade. Considerando ser o projeto vinculado a uma emissora de televisão de caráter educativo, avaliou-se como pertinente a gravação de programas, sob a forma de debates realizados nas comunidades. Com base nessa compreensão, construiu-se um cronograma de visitação e de gravação com a presença dos líderes comunitários, os quais foram fundamentais no apoio à realização das demais visitas às comunidades e na viabilização das gravações. A partir disso, foram definidas estratégias de divulgação e sensibilização das comunidades para participação, contando com o apoio das escolas, postos de saúde, associações comunitárias e outros equipamentos sociais.

Quanto à dinâmica de trabalho das gravações dos programas, salienta-se que a equipe partiu dos seguintes pressupostos: incentivo à mobilização comunitária, moradores e líderes como partícipes na organização do espaço físico; prioridade do trabalho em círculo (apesar das dificuldades com as câmeras), propiciando o diálogo; incentivo à liberdade de expressão; não julgamento moral de opiniões; incentivo à identificação das problemáticas, bem como o incentivo à busca por soluções no seu enfrentamento.

Os debates foram mediados por uma repórter da emissora e pelas técnicas responsáveis, assistentes sociais/professoras do curso de Serviço Social. O local das gravações foi definido pelas lideranças, em conjunto com a equipe do projeto. A média de duração dos debates foi de duas horas e contou com a participação de lideranças, comunidade em geral e profissionais vinculados aos equipamentos sociais.

Concluído o processo de coleta de dados, os programas televisivos oriundos dos debates coletivos constituíram-se na principal fonte de dados. Outros recursos, como a observação participante, fizeram-se presentes em elementos relacionados à leitura dos modos de participação das comunidades em discussões acerca das suas experiências e realidades, bem como à compreensão dos grupos sociais ali presentes.

Os resultados do Diagnóstico Social Comunitário: encontros possíveis

Em cada uma das oito comunidades, separadamente, foram discutidas as temáticas: saúde, saneamento, meio ambiente, habitação, transporte coletivo, segurança pública, trabalho, educação, lazer e desenvolvimento econômico. Cada um dos temas foi trabalhado a partir da percepção dos moradores, além da identificação das expectativas e possibilidades de superação. Esgotada a discussão de cada tema, partia-se para a problematização do ponto seguinte. Pode-se dizer, em respeito às especificidades de cada uma das comunidades, com suas trajetórias e realidades próprias, que, de maneira geral, repetem-se problemáticas e demandas, o que se evidenciou nas falas dos moradores. Nesse sentido, as compreensões e falas a respeito das condições de acesso aos direitos relacionados a cada tema trabalhado eram muito parecidas nas diferentes comunidades.

Reiterando algumas percepções, destaca-se que na área da saúde as comunidades enfatizaram a necessidade de ampliação dos serviços oferecidos, visto que a demanda por ações integrais em saúde é sempre maior do que tem sido ofertado. A necessidade de profissionais especialistas na rede básica de atendimento também foi apontada como uma das dificuldades de acesso ao sistema de saúde público, ao tempo que a Estratégia Saúde da Família foi identificada pela comunidade como imprescindível na promoção da saúde.

Um aspecto observado nas falas das comunidades foi a concepção ampliada de saúde de moradores, os quais relacionam os processos saúde-doença à qualidade de vida da população, ao acesso à educação, ao trabalho, ao saneamento básico e à preservação do meio ambiente. Na visão dos moradores das comunidades estudadas, a saúde é também considerada como resultado das condições de existência de uma sociedade e de determinado momento histórico, social e político. Sendo assim, a temática do saneamento básico e meio ambiente também foi problematizada à luz da compreensão de que as práticas cotidianas precisam ser transformadas, principalmente em relação ao destino adequado do lixo e do esgoto.

Problemáticas como o excessivo número de cães abandonados nos bairros e a insuficiente manutenção de vias públicas (acúmulo de sujeira) foram comuns às oito comunidades. Como alternativas a essas questões, foram apontadas perspectivas tais como a organização da coleta seletiva do lixo, o tratamento adequado da rede de esgoto, o trabalho de zoonoses no controle da superpopulação de cães e o trabalho de educação ambiental com os moradores que trabalham com a coleta de material reciclável.

No que diz respeito à temática habitacional, os moradores das oito comunidades enfatizaram a necessidade de políticas de regularização fundiária e da ampliação do acesso à moradia digna para famílias de baixa renda.

O transporte coletivo também foi avaliado pelos moradores, principalmente em seus aspectos positivos, ao tempo em que foram feitas constatações em relação ao preço das passagens, à espera nas paradas e à falta de opções de linhas interbairros. Em relação a essa temática, enfatiza-se a importância da promoção das condições de acessibilidade aos moradores. A impossibilidade de utilizar o transporte público inviabiliza o acesso à cidade e, fundamentalmente, o acesso aos

direitos sociais, como por exemplo, ao trabalho.

Na temática da segurança pública, a ênfase da discussão foi em relação ao policiamento insuficiente nos bairros e a desativação de postos de polícia. Há consenso entre os moradores dos oito bairros em que a segurança pública desses locais deve se pautar nos mesmos princípios e nas mesmas possibilidades de atendimento usufruído pelos moradores do centro da cidade.

Quanto à educação, os moradores valorizaram o conjunto de práticas educativas, realizadas nos bairros, como fundamentais ao desenvolvimento das comunidades e das pessoas que ali residem. Enfatizou-se a importância de os equipamentos escolares construírem vínculos com as famílias no sentido de buscarem objetivos comuns. A reivindicação por vagas em escolas de educação infantil e escolas de ensino médio, as quais oportunizem a qualificação de jovens e adultos também teve destaque no processo de coleta de dados.

A discussão acerca do lazer foi pautada por um número significativo de reivindicações por equipamentos nos bairros, bem como para o desenvolvimento de projetos voltados às diferentes faixas etárias. A possibilidade de ampliação de práticas culturais e de lazer foi apontada pelas comunidades como fator que poderá contribuir, principalmente, com a promoção dos direitos das crianças e adolescentes que residem nos bairros.

Quanto ao trabalho, as discussões evidenciaram sua centralidade na vida das pessoas. Partindo dessa discussão, foi possível constatar a vivência do desemprego e do não trabalho por muitos moradores. Também foram observadas trajetórias de vida e trabalho com precarização tanto no acesso aos postos de trabalho formais, como também no trabalho informal. Ainda assim, este último tem se constituído como principal fonte de renda das famílias, o que indica para a possibilidade de implementação de projetos de inserção produtiva naqueles locais. No contexto da discussão acerca do trabalho, a temática do desenvolvimento econômico também teve destaque no processo de coleta de dados com as comunidades, as quais indicaram a necessidade de propostas de qualificação dos moradores, principalmente jovens e adultos.

Diante das considerações apresentadas, observa-se que há problemáticas que se assemelham e também necessidades prementes em todas as áreas discutidas. Pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido demonstrou que os moradores convivem, cotidianamente, com a violação do direito à cidade (dentre outros direitos violados), uma vez que o Estatuto da Cidade, ao estabelecer a garantia do direito a cidades sustentáveis, compreende-o como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001).

A realidade identificada aponta para a necessidade de intervenção das diferentes redes de proteção (saúde, assistência social, criança e adolescente, educação, habitação, segurança pública, entre outras) nos bairros. Intervenção esta voltada, por um lado, para o suprimento de equipamentos sociais deficitários – o que foi evidenciado nas áreas da habitação, trabalho e desenvolvimento econômico, por exemplo – e, por outro lado, direcionada para a execução de programas e projetos sociais ampliados, que articulem as diferentes redes de proteção e que sejam capazes de olhar para as famílias em sua totalidade.

Ainda que marcados pelo estigma e o preconceito, observa-se que os moradores gostariam de construir vínculo e identidade entre o local em que vivem e os demais bairros da cidade.

Quando questionado aos moradores sobre como gostariam de ser vistos em Passo Fundo, ficou evidente a percepção de que o “centro” da cidade tem uma imagem negativa da vila. Nesse sentido, os moradores destacam o preconceito como fator de dificuldade de acesso aos bens e serviços e que, portanto, prejudica sua inserção social como cidadãos de fato. Apesar disto, as comunidades demonstram que, diferentemente da imagem que se faz, consideram os lugares onde vivem como locais agradáveis, que deveriam mais conhecidos por aqueles que trazem consigo o preconceito.

Estas questões podem ser identificadas na fala a seguir, que consiste no depoimento de um morador no momento da realização do diagnóstico na comunidade em que vive:

Por que se, por exemplo, se é nós que somos moradores ali da Entre Rios, se tu ir lá em cima no centro abrir uma conta numa loja, eles te perguntam né, teu endereço, tu vai dizer que mora na Entre Rios, eles tiram a tua ficha do computador, eles dizem “pra ti não”... pura verdade, nem entregar eles não entregam se for o caso, eles já ficam com o pé atrás. Então diz mora na Petrópolis, aí tudo bem. (...) Mas isso aí já é preconceito também, agora por que mora na Entre Rios, aí as pessoas não te olham, te olham de cara torta os que têm um pouquinho mais do que a gente te olham de cara torta, é tudo cheio de preconceito. E é a realidade, tu vai dizer que mora na Entre Rios, já vão te olhar de atravessado. Daí tinha que melhorar também essa história do preconceito, só por que mora aqui, o que é que tem a ver. Quem faz a vila somos nós, o povo. Se porque antigamente era de um jeito, agora é outro bem diferente (MORETTO; FIOREZE; FONSECA, 2008, p. 87-88).

Nessa direção, os moradores também sinalizam o quanto gostariam de dar visibilidade às possibilidades que se fazem presentes no cotidiano da comunidade, evidenciando-a como um lugar onde se constroem relações de afetividade e solidariedade. Fica muito clara, na fala dos moradores de todas as comunidades, a dimensão do preconceito, expressando que a criação de estigmas em relação às pessoas que moram na periferia é fator impeditivo de sua constituição enquanto cidadãos.

Considerando o critério da exaustividade na análise de conteúdo de Bardin (2004), a questão do preconceito apareceu nas falas das oito comunidades visitadas, o que indica a repetição de um padrão de exclusão social, econômica e cultural nas periferias da cidade. Sendo assim, a categoria em que se refere ao preconceito permite perceber que a constituição de periferias se coloca como resultado de um desenvolvimento urbano desordenado e assentado na mercantilização da terra, onde quem não possui condições de comprar terrenos em zonas nobres acaba ficando à margem da cidade, onde o acesso a serviços sociais é restrito. Então, aparece aqui a demanda por políticas capazes de integrar a cidade no seu todo, articulando centro e periferia e, nesse sentido, buscando romper com os estigmas e potencializando as possibilidades de superação que cada comunidade apresenta.

Com a realização do diagnóstico, pode-se afirmar que o mesmo aponta como possibilidade constituir-se em dispositivo de qualificação de lideranças e moradores. Isso em razão de considerar

que, tratando-se de um processo de trabalho no qual implicou a tríade de saberes – comunidade, jornalismo e serviço social – foi desafiador pensar nos sujeitos vinculados ao saber acadêmico, disponibilizando-se em rever “de que lugar” fazem a leitura do mundo, das relações, das expressões da questão social, possibilitando rever também os próprios conhecimentos, o que implica na possibilidade de um novo movimento de reconstrução desses saberes, agora compartilhados.

Importante evidenciar, nesse contexto, que a ideia de comunidade é polissêmica e comporta vários sentidos. Diante disso, percebe-se que as comunidades também são “lugares” para onde se quer ir e/ou ficar, e que se constituem a partir de sentimentos de laços de pertencimento. Então, é possível acreditar que dar visibilidade às falas e diálogos das comunidades também pode ser passagem para que as pessoas que nelas vivem possam se identificar e pertencer não só por sofrerem da mesma maneira, mas também por recriarem a vida em todas as suas possibilidades.

Mas é aqui também que se aloja o desafio da invenção política, essa mesma que nos tempos atuais foi tragada pelo princípio gestor que trata das “pontas”, do lado vitorioso da boa governança econômica e, do outro lado, a gestão do social. E no meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de “exclusão social” podem sugerir, mas os fios que vão tecendo a barbárie que vem tomando conta da vida social. Mas então essas trajetórias e os personagens urbanos que nos permitem traçá-las nas cenas e cenários nas quais essas histórias transcorrem, também nos dão pistas para pensar os elos perdidos da política na trama social de que é feita a(s) cidade(s) (TELLES, 2006, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada foi desenvolvida em oito comunidades de Passo Fundo que concentram populações em situação de vulnerabilidade e risco social, são elas: Vila Shisler, Vila Bom Jesus, Vila Donária, Vila Entre Rios, Vila José Alexandre Zachia, Loteamento Alvorada, Loteamento Jaboticabal, Loteamento Manoel Corralo.

Os temas problematizados em cada uma das comunidades, com suas lideranças e moradores, foram: saúde, saneamento, meio ambiente, habitação, transporte coletivo, segurança pública, trabalho, educação, lazer e desenvolvimento econômico.

Os resultados encontrados no diagnóstico apontam para uma realidade de precariedade no acesso aos direitos e políticas sociais associados a tais temas, além de um significativo sentimento de não pertencimento à cidade. O preconceito que os moradores relatam sofrer, pelo fato de morarem na periferia da cidade e em comunidades consideradas “perigosas” pela mídia oficial, ficou bastante evidente nas suas falas. Nesse sentido, o preconceito foi apontado como um entrave para o acesso ao trabalho, ao crédito, aos bens e serviços e ao desenvolvimento local.

Os dados reunidos no Diagnóstico Social Comunitário transformaram-se em livro e constituem-

se em aproximações possíveis com realidades que se encontram em permanente construção, o que indica seu caráter dinâmico e histórico.

A experiência possibilitou pensar, também, que o percurso trilhado para sua elaboração pode ser considerado tão importante quanto os resultados obtidos diante da perspectiva de que, em idas e vindas à comunidade, foi possível a construção de vínculos entre lideranças, moradores e a equipe do projeto Educação e Cidadania. Foi possível, ainda, a instauração de espaços de escuta e diálogo intercomunitários e entre os membros das mesmas comunidades.

Em várias visitas realizadas, observou-se que os moradores sinalizavam a importância da promoção dos espaços de discussão também para conhecerem uns aos outros e para reconhecerem-se, entre pares, que lutam pela transformação do local onde vivem.

Foi no contexto de realização do estudo, e a partir de encontros com diferentes objetivos, que as comunidades construíram saberes sobre si e sobre sua relação com a cidade. Por conseguinte, esses conhecimentos foram apresentados, via programas televisivos, para o município de Passo Fundo, por meio da UPFTV.

A partir da edição do diagnóstico em livro, o mesmo foi apresentado ao poder público e entidades que compõem as redes de proteção social do município, desencadeando uma série de ações e iniciativas voltadas para a oferta de respostas às problemáticas levantadas. O próprio projeto “Educação e Cidadania”, com base no diagnóstico elaborado, passou a trabalhar como parceiro em projetos de qualificação para o trabalho, em iniciativas de potencialização da auto-organização das crianças e adolescentes dos bairros, além da produção e veiculação, em canal aberto, de programetes (programas curtos, com duração de 2 minutos) acerca das situações de violação de direitos específicas de cada uma das comunidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei n. 10.257, de 19 de julho de 2001.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS n. 145**, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social / PNAS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

GUARESCHI, P.; BIZ, O. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: Evangraf, Porto Alegre, 2005.

MALINOWSKI, B. C. **Uma teoria científica da cultura**. Tradução de José Auto. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MORETTO, C.; FIOREZE, C.; FONSECA, H. **Educação e cidadania: um olhar para comunidades em situação de vulnerabilidade social de Passo Fundo**. Passo Fundo: Editora UPF, 2008.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 17, 2005, p. 16-17.

TELLES, V. da S. **Trajetórias urbanas**: fios de uma descrição da cidade. 2006. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/seminarios/3Trajet_rias_Urbanas_VSTelles.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2007.

Submetido em 30 de junho de 2012.
Aprovado em 8 de setembro de 2012.